



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

##### Despacho n.º 4697/2017

I — A Sociedade Portuguesa de Química, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos titular do NIPC 501139265, com sede em Lisboa, tem por objeto promover, cultivar e desenvolver, em Portugal, a investigação, o ensino e a aplicação da Química e das Ciências com esta mais diretamente relacionadas;

II — Para o efeito, a Sociedade Portuguesa de Química tem vindo a desenvolver, desde a sua constituição, em 5 de abril de 1974, diversas iniciativas entre as quais se podem destacar as «Olimpíadas da Química» e os «Encontros Nacionais de Divisão de Ensino e Divulgação da Química», mas também a publicação da «Gazeta da Química» e a instituição de prémios científicos como o prémio Ferreira da Silva, criado em 1981, e a Medalha Vicente de Seabra, em 2002, destinados a premiar cientistas que se distingam nesta área. Organiza, desde 1978, um congresso bianual no qual participam centenas de químicos, portugueses e de outras nacionalidades;

III — Para além de promover a participação portuguesa nas Olimpíadas da Química, a Sociedade Portuguesa de Química assegura, também, a participação nacional em diversas organizações internacionais;

IV — A Sociedade Portuguesa de Química coopera com a Administração, designadamente com o Ministério da Educação, na prossecução dos seus fins, conforme resulta do processo;

V — Por estes fundamentos, conforme exposto na informação DAJD/288/2016, de 3 de dezembro, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que integra o processo administrativo n.º 115/UP/2013, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, declaro a utilidade pública da Sociedade Portuguesa de Química, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

4 de maio de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

310497206

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, FINANÇAS, EDUCAÇÃO, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, SAÚDE E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS.

#### Gabinetes dos Ministros Adjunto, das Finanças, da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde e do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão.

##### Despacho n.º 4698/2017

De acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, as autoridades de gestão dos programas operacionais do Portugal 2020 têm a natureza de estrutura de missão e são criadas por resolução do Conselho de Ministros.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, criou as estruturas de missão responsáveis pela gestão dos programas operacionais temáticos, regionais do continente e de assistência técnica, designadas por autoridades de gestão, incluindo a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE).

O secretariado técnico é um órgão da autoridade de gestão, que funciona sob a responsabilidade da respetiva comissão diretiva, exercendo os secretários técnicos as competências que lhe sejam cometidas pelo

presidente da mesma, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro.

A referida resolução determina, no n.º 13, que os secretários técnicos da Autoridade de Gestão do POISE são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do emprego e segurança social, em conjunto com os membros do Governo responsáveis pelas áreas da igualdade de género, do desenvolvimento regional, da saúde e da educação, sob proposta da comissão diretiva do respetivo programa operacional.

Nos termos do n.º 17 da citada Resolução do Conselho de Ministros todos os elementos das autoridades de gestão e dos órgãos de acompanhamento das dinâmicas regionais são livremente designados e exonerados, em conformidade com o disposto no n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro.

O Despacho n.º 6900-A/2015, de 19 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 19 de junho de 2015, fixou em nove o número máximo de secretários técnicos para o secretariado técnico da Autoridade de Gestão do POISE e designou os respetivos secretários técnicos.

A experiência entretanto adquirida com o arranque e execução do Programa, veio demonstrar a necessidade de se proceder a reajustamento das Unidades que compõem o secretariado técnico da Autoridade de Gestão do POISE, tendo em vista dar maior relevância à área da igualdade, pelo seu peso nas temáticas do Programa Operacional, e à área do empreendedorismo que assume um papel mais transversal nos vários domínios temáticos do Portugal 2020.

Assim, procedeu-se à alteração da estrutura atual do secretariado técnico da Autoridade de Gestão do POISE, tendo a Unidade de Gestão Operacional III passado a designar-se Unidade de Igualdade e Inclusão Social e extinguiu-se a Unidade de Gestão Operacional IV — Empreendedorismo e Igualdade com a consequente cessação de funções da atual titular do cargo, mantendo-se em vigor o disposto no n.º 1 do Despacho n.º 6900-A/2015, de 19 de junho.

Pese embora da qualificação da liberdade do ato de exoneração resultar não só a degradação do dever de fundamentação específica, bem como, a degradação da exigência de audiência prévia dos interessados, procedeu-se à audiência prévia da titular do cargo.

Com o presente despacho, aproveita-se para designar, na sequência da cessação de funções da anterior titular, o secretário técnico da Unidade Financeira e Monitorização Estratégica, sob proposta fundamentada da comissão diretiva da Autoridade de Gestão do POISE.

Assim:

Nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, sob proposta da comissão diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego no uso das competências conferidas pela alínea z) do n.º 1 do artigo 27.º e pela alínea e) do n.º 1 do artigo 28.º, ambos do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, determina-se:

1 — A cessação de funções da licenciada Ana Luísa Sampaio Cardoso do cargo de secretária técnica da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego.

2 — A designação do licenciado Paulo Alexandre Romão Rafael para o cargo de secretário técnico da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego, responsável pela Unidade Financeira e Monitorização Estratégica.

3 — A presente designação fundamenta-se na experiência profissional, aptidão e competência técnica do designado para o exercício de funções no respetivo cargo, conforme comprova a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a 31 de janeiro de 2017.

22 de março de 2017. — O Ministro Adjunto, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*. — 15 de maio de 2017. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 18 de abril de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*. — 10 de fevereiro de 2017. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — 21 de março de 2017. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*. — 13 de fevereiro de 2017. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Ângelo Nelson Rosário de Souza*.